

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:
PROJETO DE NOVOS MODOS SÓCIO-PRODUTIVOS E DE SISTEMAS
ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO E EMPREGO**

**LOCAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT:
PROPOSAL OF NEW ARRANGEMENT FOR THE DEVELOPMENT OF SOCIAL
ENTREPRENEURS**

Takeshy Tachizawa¹

Recebido em: 10 mai. 2009

Aprovado em: 14 dez. 2009

Resumo

Desenvolveu-se um diagnóstico no contexto socioambiental de Campo Limpo Paulista e região, para a criação de uma incubadora destinada ao desenvolvimento de empreendedores sociais e suporte técnico aos empresários de micro e pequenas empresas – MPE voltados ao turismo ecológico. Foi baseado em pesquisa empírica realizada de acordo com a *grounded theory*. Nesta pesquisa foram consultados moradores da região, turistas e efetuado um inventário da infra-estrutura dos recursos naturais, culturais, históricos, econômicos e sociais do município. Os resultados da pesquisa proporcionaram subsídios ao planejamento do desenvolvimento local sustentável, centrado na criação de uma incubadora social, de prestação de serviços técnicos aos empreendedores da região.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Turismo sustentável; Desenvolvimento local.

Abstract

A diagnosis was developed in the context social and environmental of the city Campo Limpo Paulista and region, for the creation of an incubator destined for the development of social entrepreneurs and technical support to the businessmen of the small sized company. Was based on empirical research carried out in accordance with grounded theory. The present survey there was consulted residents of the region, tourists and made an inventory of the infrastructure of native resources, cultural, historical, economic and social of the city. The results of the inquiry provided subsidies to the projection of the local sustainable development, centered in the creation of a social incubator, of installment of technical services to the entrepreneurs of the region.

Key-words: Entrepreneurship; Sustainability tourism; Local development.

1. Introdução

¹ Doutor em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Especialista em Desenvolvimento Sustentável pela University of California, Irvine. Editor da Revista da Micro e Pequena Empresa da FACCAMP. Fone (12) 3922-8744. e-mail: usptakes@uol.com.br

A região de Campo Limpo Paulista vivencia uma significativa transformação nas prioridades de desenvolvimento regional sob a premissa de que a união de governos municipais provocaria uma sinergia de ações visando os objetivos maiores da região, em uma abordagem de consórcio de municípios.

Este desenvolvimento, sustentável, levaria em conta os aspectos locais, relativo a um território específico (SACHS, 2007). No contexto atual, entende-se que o desenvolvimento regional não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente.

O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno gerador de riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais, assim como a problemática ambiental não pode ser dissociada da social. Pressupõe uma transformação consciente da realidade local com atenção para as necessidades da geração presente e de gerações futuras, com especial ênfase ao fator ambiental.

Diante deste contexto, o objetivo do presente trabalho foi viabilizar a criação de uma incubadora de empreendimentos sociais, destinada ao suporte técnico de micro e pequenas organizações e de novos negócios sustentáveis em Campo Limpo Paulista e região. Para atingir este objetivo buscou-se a correspondente fundamentação teórico-conceitual para embasar a análise e interpretação dos resultados, conforme explicitado a seguir.

2. Fundamentação teórica

O desenvolvimento sustentável (WORLD WILDLIFE FUND, 2009), de forma interdependente, está relacionado com crescimento econômico, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente. Este desenvolvimento, considerado como sustentável, é auto-suficiente para suprir as necessidades da atual geração sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (TACHIZAWA, 2009), conforme conceito endossado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, para harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

O Brasil é o 69º colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008), que avalia a qualidade de vida em cada país, observando a evolução de parâmetros de educação, renda e expectativa de vida. Considera o pressuposto de que para aferir a evolução de uma população não se deve

considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto – PIB, per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e está relacionado a existência de empreendedores, principalmente no campo do empreendedorismo social.

Empreendedorismo, consoante conceito corrente, surgiu na economia francesa por volta dos séculos XVI e XVII. Em francês o termo empreendedor, “entrepreneur” significa aquele que assume riscos e começa algo novo. O economista francês mais conhecido foi Jean Baptiste Say (1767-1832) que empregou o termo no sentido de que, “o empreendedor move recursos econômicos de uma área de baixa para uma área de maior produtividade e grande retorno”. (FILLION, 1999, p. 06).

O empreendedorismo social é um termo novo e está em processo evolutivo. Ele descende do empreendedorismo, mas apresenta diferenças nos aspectos de geração de valor. Enquanto o empreendedorismo depende e é movido pelas leis de mercado para gerar valor econômico, o empreendedorismo social, em contrapartida, é movido pela missão social do empreendimento para gerar valor social.

De acordo com Ashoka e Mckinsey (2009), entende-se por empreendedores sociais, aquelas pessoas que possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais através da inovação, da força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário.

Para Pádua e Rouere (2002), empreendedorismo social: “constituem a contribuição efetiva de empreendedores sociais inovadores, cujo protagonismo na área social produz desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e mudança de paradigma de atuação em benefício de comunidades menos privilegiadas.” (apud OLIVEIRA, 2004, p. 12).

E, segundo Melo Neto e Froes (2001, p. 26-27): “quando falamos de empreendedorismo social, estamos buscando um novo paradigma. O objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio social, que na tem sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado.”

Dessa forma, o intuito é perceber onde a sociedade está estagnada e assim, encontrar uma nova maneira criativa de resolver tal problema, ante uma perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável (OLIVEIRA et al, 2008).

Para tanto foi desenvolvido o presente trabalho visando à implementação de uma incubadora voltada à prestação de suporte técnico ao desenvolvimento de empreendimentos socioambientais. Nas organizações brasileiras, observa-se uma necessidade crescente de buscar a diversificação na sua base de sustentabilidade, o que tem levado várias dessas organizações a se redefinirem como verdadeiros negócios sociais (ASHOKA; MCKINSEY, 2009).

Este tipo de incubadora, considerada como um ambiente formado com o intuito de fomentar o desenvolvimento de novos empreendimentos (ANPROTEC, 2008), foi viabilizado através da aplicação do enfoque metodológico, conforme descrito a seguir.

3. Metodologia adotada

Os dados da pesquisa empírica desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2008, e obtidos segundo uma perspectiva indutiva, foram base do presente estudo. Nesta pesquisa, foi utilizado o método *grounded theory* (GLASER; STRAUSS, 1967) que é uma modalidade de pesquisa que busca gerar novas teorias através de conceitos, categorias e propriedades.

A ênfase da *grounded theory* é o aprendizado a partir dos dados (interativa e indutiva), e não a partir de uma visão teórica existente (dedutiva). A maior diferença entre *grounded theory* e outros métodos de pesquisa é seu foco específico no desenvolvimento da teoria, através de uma contínua interdependência entre a coleta de dados e a análise.

É um método que provê uma estrutura metodológica freqüentemente ausente em outras abordagens, tanto qualitativa como quantitativa, sem sacrificar a flexibilidade ou o rigor. A *grounded theory* foi desenvolvida no âmbito da pesquisa em ciências sociais, enfatizando a descoberta indutiva de teorias a partir dos dados analisados sistematicamente.

Outros autores desenvolveram e debateram o método (GLASER, 1994; GLASER, 1998; GLASER; HOLTON, 2004; STRAUSS; CORBIN, 1990; STRAUSS; CORBIN, 1994; STRAUSS; CORBIN, 1997) reafirmando que: (a) a proposta principal do método é a construção de teoria, e não somente a codificação e análise de dados; (b) regra geral, o pesquisador não deve definir um quadro conceitual que antecede ao início da pesquisa, como premissa, para garantir que os conceitos possam emergir sem vieses conceituais pré-definidos; (c) a análise e a conceituação são obtidas através do processo de coleta de dados e comparação constante, no qual cada segmento de dados é comparado com construtos existentes, visando enriquecer uma categoria existente, formar uma nova ou estabelecer novos pontos de relação entre categorias.

Na coleta foram enfatizados, primordialmente, dados primários obtidos através de questionários, aplicados diretamente na cidade de Campo Limpo Paulista e região, origem dos eventos pesquisados.

Utilizou-se o questionário como instrumento de pesquisa uma vez que a abordagem da *grounded theory* utiliza técnicas variadas de coleta de dados, reunindo significativo volume de informações sobre o fenômeno a ser observado. Comparando, codificando-as, extraindo as regularidades, obtendo-se, enfim, inferências para interpretar e dar sentido a essas informações, e o trabalho flui nas conclusões, a partir desta rigorosa e sistemática análise.

Os questionários, compostos de perguntas abertas e fechadas, foram preenchidos pelos pesquisadores da Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP, que constituíram a equipe de campo, através de entrevistas junto aos respondentes da pesquisa.

Foram aplicados 254 questionários junto aos munícipes e turistas da região, sendo que aos moradores do município foram aplicados 101 questionários. Com os turistas da região foram aplicados 85 questionários. Com as pessoas, em transito pelo município de Campo Limpo Paulista, foram preenchidos 68 questionários.

Na aplicação dos questionários, constatou-se que a cidade e região circunvizinha possuem um significativo potencial para o ecoturismo, ainda inexplorado. O levantamento abrangeu o conjunto de serviços diferenciados turisticamente, que um município tem a oferecer aos visitantes da região. Foi dada ênfase especial àqueles bens e serviços turísticos que possibilitariam o exercício do ecoturismo e atividades auto-sustentáveis, com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local.

Os dados primários, levantados através dos instrumentos de pesquisa de campo, foram coletados em questionário de entrevista, observando as seguintes etapas: preparação do questionário para a coleta de dados; inventário de infra-estrutura do município; inventário da oferta e de demanda turística; pesquisa de opinião dos moradores do município; diagnóstico, na forma de análise de fatores de influência, para estabelecer uma completa compreensão da situação socioeconômica do município.

Foram entrevistados através de discussões em grupo, gestores e técnicos da Prefeitura de Campo Limpo Paulista e entidades de classe, na medida em que, qualquer que fosse a opção de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na expansão de micro e pequenas organizações ou no incremento do turismo sustentável, o processo passaria necessariamente por estas instituições. A obtenção de dados secundários junto à Fundação SEADE, FAPESP, ONGs locais e Prefeitura de Campo Limpo Paulista, servindo de complementação do

inventário, foi feita em sites na Internet, nas leis orgânicas do município, planos diretores e outros documentos governamentais.

Com base nos dados inventariados, conforme evidenciado no tópico 4, desenvolvido a seguir, foi feita consolidação das informações para fins de análise e interpretação dos resultados para formulação da proposta de criação da incubadora para suporte aos empreendimentos socioambientais no município e região.

4. Principais resultados

Neste trabalho, dado o enorme potencial da região para empreendimentos socioambientais, procurou-se abranger o conjunto de serviços diferenciados que o município pode oferecer aos empreendedores locais. É o potencial de turismo sustentável existente no município e região, possível de ser desenvolvido, alicerçado nos aspectos geográficos, cultural, histórico, e de agronegócios, entre outros.

Segundo a Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região (ADEJ, 2008), apenas para citar um exemplo emblemático, procura-se no contexto local, a transformação da região de Jundiaí, na qual está inserida Campo Limpo Paulista, em APA - Área de Proteção Ambiental e tombamento da Serra do Japi pelo Condephaat e tendência ao esgotamento dos recursos hídricos da região; são fatores que provocam maiores restrições ambientais e oneram os custos operacionais de determinadas atividades econômicas, afastando o interesse de investimento no município.

A intervenção socioambiental é um fator positivo e que ocorre justamente objetivando assegurar melhor qualidade de vida à população e assegurar a preservação dos recursos naturais indispensáveis para a sustentabilidade, isto é; ter esses recursos (principalmente em relação à disponibilidade futura de água) aproveitáveis hoje e no futuro e para as próximas gerações. No entanto, a intervenção socioambiental não pode ser confundida com um conjunto de restrições ambientais.

O conceito moderno de empreendimento socioambiental, com o advento de novas tecnologias, tem permitido a prática de atividades econômicas com muito melhor controle dos possíveis inconvenientes ao meio ambiente e agrega também o conceito das chamadas contrapartidas ou compensações ambientais. O detalhe é que a legislação ambiental, a que micro e pequenos empreendimentos estão submetidos, de caráter estadual ou municipal, ainda tem forte conotação restritiva e não é de natureza compensatória, inibindo a atividade empresarial que busca, então, outras regiões para investimentos.

Campo Limpo Paulista pode receber pessoas de cidades próximas à procura de: turismo ecológico (caminhadas, trilhas, cachoeiras, pousadas ecológicas); passeios rurais (piscicultura e pesqueiros, *spas* campestres, passeios equestres; escolas de equitação; equoterapia, degustação de vinhos); circuito das frutas; eventos e festas gastronômicas; artesanato regional; esportes de aventura; ou apenas um local para descansar.

Constatou-se que a maioria desses visitantes retorna à sua cidade de origem no mesmo dia, o que representa um enorme potencial de crescimento turístico. Além disso, a região tem uma grande variedade de atividades folclóricas, culturais, educacionais e eventos do circuito das frutas, que acontecem durante o ano todo e que atraem visitantes, no contexto do turismo de curta duração.

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para as atividades econômicas de Campo Limpo Paulista e região, através da exploração do turismo sustentável e da experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais; cadeia produtiva de agronegócios; cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; circuito gastronômico; circuito de pousadas ecológicas; oficinas de artesanatos; e atividades afins).

Constatou-se, também, que uma boa parcela dos turistas na região retornava à sua cidade de origem no mesmo dia, o que pode significar possibilidades de exploração de atividades relacionadas à venda de peças de artesanato regional, ao turismo ecológico; ao circuito gastronômico, ao turismo de aventuras nas trilhas e cachoeiras, nos esportes de aventura ou apenas um local de descanso em uma região de clima diferenciado.

4.1. Análise dos dados primários

A pesquisa de campo, inicialmente, objetivou levantar dados, junto aos munícipes, sobre suas opções quanto à vocação econômica da cidade e região em termos de comércio, indústria, serviços e turismo sustentável. A vocação “indústrias” com **50,77%** seguida da vocação “turismo” com **19,23%** (13,85% e 5,38%), foram preferências declaradas da população de Campo Limpo Paulista.

Se for incorporada a incidência de respostas da alternativa relativa a gastronomia/bares/restaurantes, de **5,38%**, tem-se um total de respostas direcionadas ao turismo, de **24,61%**.

As respostas a esta questão, “*Na sua opinião em que área o desenvolvimento econômico poderia ser feito?*”, podem ser visualizadas na tabela 1.

Tabela 1. Áreas para o desenvolvimento econômico

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	%
Serviços	6,18
Comércio	18,44
Turismo	5,38
Turismo ecológico	13,85
Gastronomia/Restaurantes/bares	5,38
Indústria	50,77
BASE	100,00

Na pesquisa, para a indagação “*Qual a sua opinião caso fosse incentivado o desenvolvimento econômico do Município?*” evidenciou-se que a maioria da população considera ótimo o incentivo ao desenvolvimento econômico, pois iria criar empregos (72,55%) e melhorar a renda dos moradores da cidade (25,55%). Para a indagação “*Em sua opinião, qual a vocação econômica de Campo Limpo Paulista?*”, os dados obtidos mostraram que a população considera a atividade turística como positiva (quando agregados seus diferentes fatores de influência, como: hotéis e pousadas; bares e restaurantes; artesanato; circuito das frutas; eventos regionais; e outras atividades correlatas), conforme tabela 2, explicitada a seguir.

Tabela 2: Vocação econômica

SEGMENTO ECONÔMICO	%
Indústria	36,97
Centros de capacitação profissional	13,55
Comércio	12,26
Escolas e Faculdades	10,32
Hoteis	7,10
Bares e restaurantes	5,16
Agricultura	4,52
Pesqueiro	3,23
Artesanato	2,58

Os munícipes, pelos resultados obtidos na pesquisa, são favoráveis à atividade industrial no município, quando comparada com atividades de prestação de serviços e comercial. Esperam, no entanto, que o turismo propicie mais renda e empregos à população. Quanto à questão “*Quanto tempo pretende permanecer na região?*”, no *Questionário do Turista*, aplicado a um total de 85 turistas entre os dias 01/07 e 30/09 de 2008, identificou-se como respostas, *períodos*, de: **um dia** (43,24%); **meio dia** (24,32%); **uma semana** (13,52%) e **um mês** (8,11%). Os turistas consultados, ao todo 85, evidenciaram pelos resultados aferidos na pesquisa, que ficam na cidade e na região em torno de, no máximo, um fim-de-semana 78,38% e, somente 13,51% ficam uma ou pouco mais de uma semana na região. É um tempo

extremamente diminuto quando considerado o potencial turístico da região. Os dados secundários explicitados a seguir confirmam tal inferência.

4.2. Análise dos dados secundários

Campo Limpo Paulista está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, estando distante da capital cerca de 50 quilômetros sendo que o acesso principal ao município se dá pela Rodovia Anhangüera e pela Rodovia Dom Pedro I. Segundo a Fundação SEADE (2009), a população de Campo Limpo Paulista é de mais de setenta mil habitantes, com elevada taxa de urbanização e com taxa de crescimento populacional de 1,5%. Isto, conforme dados da Tabela 3, reflete no significativo grau de urbanização e de densidade demográfica (98,17 e 858,93), acima da média apresentada pela região administrativa (93,82 e 218,48) na qual Campo Limpo Paulista está inserida, bem como da média (93,65 e 160,70) do Estado.

Tabela 3: Dados demográficos

Território e População / Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
População em 2006	73.515	6.010.392	40.484.029
Grau de Urbanização em % (2005)	98,17	93,82	93,65
Densidade Demográfica, habitantes/km ² (2005)	858,93	218,48	160,70
População com Menos de 15 Anos em % (2005)	25,99	23,23	24,43
População com Mais de 60 Anos em % (2005)	7,16	9,88	9,57

Fonte: dados obtidos da Fundação SEADE

A instalação de grupos industriais, sólidos e tradicionais, com a conseqüente criação de novas oportunidades de trabalho, geradoras de renda com o aparecimento de atividades comerciais paralelas, produziu um significativo surto de desenvolvimento econômico na região (vide Tabela 4).

Tabela 4: Dados econômicos

Economia	Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
Valor Adicionado na Indústria (R\$ milhões)	2004	456,17	44.508,11	238.016,43
Valor Adicionado dos Serviços (R\$ milhões)	2004	258,07	33.912,51	242.978,99
PIB per Capita (R\$)	2004	10.021,86	16.073,08	13.725,14
Participação Empregos Ocupados na Indústria no Total(%)	2003	54,98	33,05	23,08
Participação Empregos Ocupados no Comércio no Total (%)	2003	12,51	19,65	17,79
Participação Empregos Ocupados nos Serviços no Total (%)	2003	30,57	39,73	52,33
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Indústria(R\$)	2003	1.959,05	1.391,38	1.451,38
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados no Comércio(R\$)	2003	690,67	748,49	840,50
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados nos Serviços(R\$)	2003	992,88	1.138,00	1.281,38
Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados (R\$)	2003	1.478,45	1.107,15	1.202,95

Fonte: dados obtidos da Fundação SEADE

A indústria é o componente econômico, ao lado da agricultura (hortifrutigranjeiros e extrativismo vegetal), que alavancou a emancipação política do município. Campo Limpo Paulista, segundo a Fundação SEADE (2009) pertence ao grupo 2, de municípios com níveis de riqueza elevados mas abaixo da média apresentada por outros municípios (Grupo 1, é o conjunto de municípios com os maiores níveis de riqueza do Estado).

A cidade, promovida a município independente em 1964, induzida por um significativo surto industrial da década de 1960, provocou mudanças em sua infra-estrutura (Tabela 5).

Tabela 5: Dados de infra-estrutura

INFRA-ESTRUTURA	Município	Reg. Adm.	Estado
Consumo de Energia Elétrica Residencial em MWh (2002)	36.273	3.299.246	22.757.107
Consumo de Energia Elétrica Rural em MWh (2002)	285	582.972	2.112.153
Consumo de Energia Elétrica Industrial em MWh (2002)	186.778	9.647.569	39.686.121
Consumo En.El.Com.,Serv.,Outras Ativ. em MWh (2002)	8.344	1.887.650	15.344.487
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento em % (2000)	91,65	96,45	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento em % (2000)	65,75	87,48	85,72
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento em % (2000)	98,91	98,95	98,90

Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Este movimento desenvolvimentista, assim como do altíssimo grau de urbanização e de densidade demográfica (vide Tabela 3), provocou uma sobrecarga da infra-estrutura básica (saneamento, educação e serviços públicos correlatos), criando uma demanda reprimida por serviços públicos, não-estatais (vide exemplo da educação na Tab. 6), que uma incubadora de empreendimentos socioambientais poderia promover, conforme proposto neste estudo.

Tabela 6: Dados sobre educação

EDUCAÇÃO	Ano	Município	Reg. Adm.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (%)	2000	6,81	6,71	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos (%)	2000	7,10	7,42	7,64
População 25 Anos e Mais com Menos 8 Anos de Estudo (%)	2000	61,08	58,55	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (%)	2000	37,35	40,21	41,88

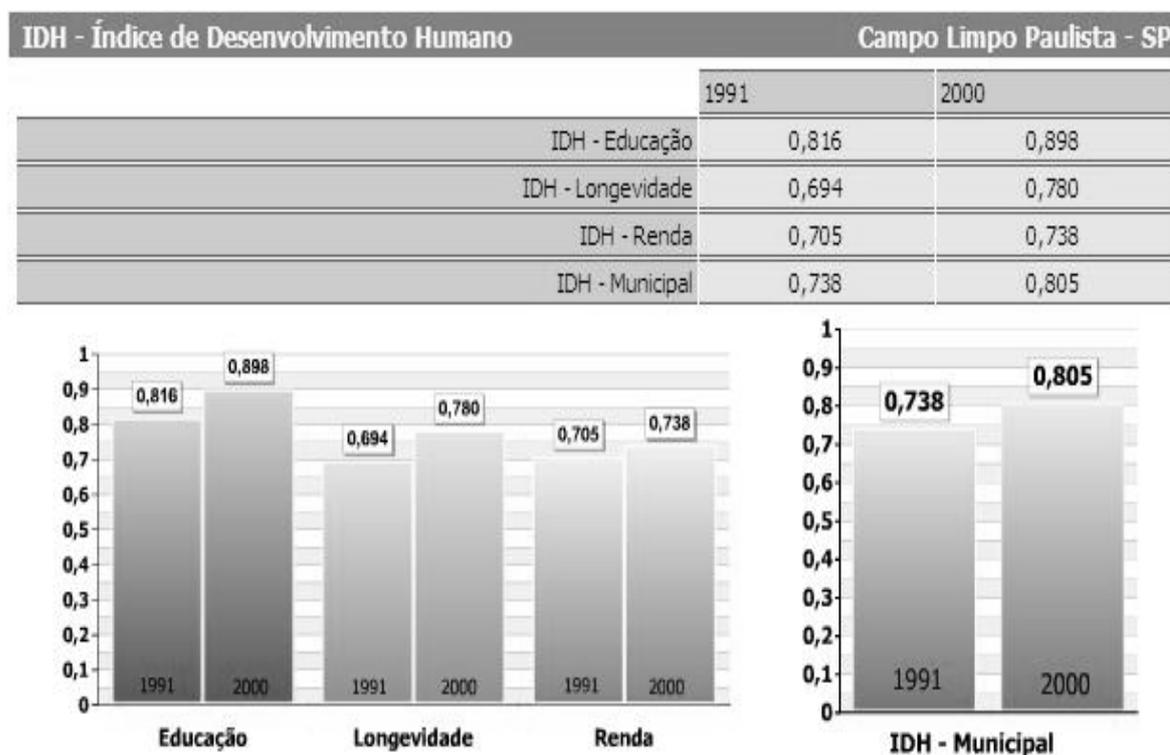
Fonte: dados obtidos Fundação SEADE

Esta proposta de incubadora se apóia, também, nos conceitos de desenvolvimento humano (PNUD, 2008). Considera o pressuposto de que para aferir a evolução de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto – PIB, per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.

Segundo o Programa das Nações Unidas (PNUD, 2008) o município apresenta indicador muito bom na área de saúde e de Índice de Desenvolvimento Humano com valores explicitados na tabela 7 ilustrada a seguir.

Tabela 7: Índices de Campo Limpo Paulista



Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE

As condições de vida, no caso de Campo Limpo Paulista, conforme evidenciam dados discriminados a seguir têm, ainda, muitos estágios de evolução a percorrer, razão pela qual a proposta de incubadora pode agregar significativas contribuições de natureza socioambiental. Ou seja, a cidade de Campo Limpo Paulista pertence a um grupo de municípios com níveis de riqueza elevados e baixo indicadores sociais (Tabela 8).

Tabela 8: Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS

Condições de Vida	Município	Reg. Adm.	Estado
Índice Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	0,805	...	0,814
Renda per Capita (em salários mínimos)	2,16	2,83	2,92

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH leva em conta, também, dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao

nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. No Brasil, tem sido utilizado pelos governos federal e municipal, que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações, sócio-econômica, sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

Estes dados estão coerentes com o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, denominado BIOTA-FAPESP (FAPESP, 2008), e que consideram a região de Campo Limpo Paulista e Jundiaí, como áreas prioritárias para a implementação de novas estratégias para conservação e recuperação da biodiversidade nativa.

A Serra do Japi, circunvizinha de Campo Limpo Paulista e Jundiaí, é considerada como área de proteção ambiental – APA, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico - Condephaat e declarada Reserva da Biosfera pela UNESCO, desde 1992.

Este cenário é realista, pois em um raio de 80 km residem perto de 18 milhões de pessoas. Esta densidade demográfica provoca saturação industrial combinada com a elevação do custo da mão de obra em relação a outras regiões e conseqüente inviabilidade do desenvolvimento econômico centrado nas indústrias.

O maior custo relativo de mão de obra é sinônimo de elevada renda per capita em relação às outras regiões do Estado. A combinação destes fatores, subsidiou o desenvolvimento da proposta de incubadora, nos contornos delineados no tópico 5, explicitado a seguir.

5. Proposta de Incubadora de Empreendimentos Socioambientais

Nesta fase, foi feita a caracterização da incubadora, proposta neste trabalho, para suporte aos empreendimentos socioambientais no contexto do desenvolvimento sustentável de Campo Limpo Paulista e região.

Levou-se em conta, o cenário delineado anteriormente, que evidencia uma significativa demanda por serviços públicos não-estatais, voltados às questões socioambientais. Esta alternativa econômica, pelo segmento de serviços, pode ser suportada pela criação de uma incubadora, aqui denominado de Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais - FISA.

5.1. Aspectos Legais

Em termos de enquadramento legal (TACHIZAWA, 2007) esta organização de apoio a empreendimentos sociais, de acordo com o novo Código Civil, pode ser constituída como associação civil sem fins lucrativos ou como fundação. Pelo fato de terem o benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência, a incubadora sugerida, de finalidade socioambiental, pode ser formalizada de forma a obter incentivos fiscais, imunidades e isenções a que estão automaticamente sujeitas como entidade de utilidade pública estadual (não seria utilidade pública municipal porque a proposta é que abranja, inclusive, os diversos municípios da região).

A incubadora, em termos de pessoa jurídica poderia, portanto, ser constituída como uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira. Sua finalidade legal, através de suporte técnico a empresários, empreendedores e autoridades governamentais da região, seria a:

- experimentação não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais sustentáveis; cooperativas para: reciclagem de lixo; fabricação de produtos ecológicos; oficinas de artesanatos; e atividades afins);
- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- promoção da educação socioambiental junto às empresas e comunidade em geral;
- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos que digam respeito às atividades socioambientais.

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência são princípios constitucionais da administração pública que também se encontram previstos na lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. A adoção e a aplicação dos referidos princípios na estrutura societária de toda e qualquer entidade sem fins lucrativos que atenda a interesses públicos e esteja qualificada como OSCIP, pode ser incorporada ao contrato social da FISA como garantia de uma atuação transparente na gestão de recursos públicos.

5.2. Configuração da incubadora

A missão da Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais – FISA é o de fornecer apoio profissional aos empreendedores sociais e empresários de micro e pequenas organizações, contribuindo para sua inserção política, social e econômica em Campo Limpo Paulista e região.

Consiste num esforço para disseminar uma modalidade de desenvolvimento sustentável promovendo a interação acadêmica com a sociedade, através da troca de saberes, disponibilizando o conhecimento gerado na Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP.

A socialização do acúmulo intelectual e científico da FACCAMP aos diferentes segmentos da população, através da FISA visou sinalizar um caminho de crescimento econômico com sustentabilidade e preservação dos fatores socioambientais da região.

O propósito da FISA, portanto, é o desenvolvimento econômico e social do município de Campo Limpo Paulista através do desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico às organizações sociais, associações de classe e à Prefeitura, em atividades sociais, educativas, culturais e de educação ambiental desta comunidade, possibilitando a geração de empregos e outras alternativas de desenvolvimento sustentável (vide figura 1).

Figura 1: Abrangência da FISA



Fonte. Concepção do autor

Propõe-se que a FISA tenha como foco de atuação a prestação de serviços a novos empreendimentos sociais sustentáveis; cooperativas e a micro e pequenas organizações já existentes, e que tenham propósito de incorporar suas atividades econômicas no contexto socioambiental. O escopo de atuação da FISA, sempre em parceria com organizações sociais e instituições públicas e privadas da região, é a educação socioambiental direcionada à: defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

Outra atividade viável de ser exercida é a orientação técnica à criação de novos empreendimentos, voltados a: promoção do turismo ecológico; promoção do desenvolvimento econômico e social; estímulo à parceria entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades em atividades que visem o interesse comum; desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à comunidade local em atividades sociais, educativas, culturais, ambientais; e fortalecimento de ONGs e de cooperativas/movimentos populares. Prestação de suporte técnico à Prefeitura Municipal para a capacitação de serviços básicos e de infra-estrutura visando o desenvolvimento de atividades de ecoturismo no município, poderia ser outra atividade técnica.

Suas fontes de recursos podem estar consubstanciadas, principalmente, em fontes de receitas próprias e verbas de convênios com empresas, fundações e institutos empresariais; agências nacionais de cooperação; órgãos governamentais estaduais; órgãos governamentais municipais; e afins. Desde que vinculado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, aprovado pela FINEP – Financiadora de Projetos e Pesquisa, e à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO, essas instituições podem constituir em fontes alternativas de recursos financeiros para alavancar as atividades da incubadora sugerida.

5.3. Estratégias de atuação

A proposta de criação da incubadora para atendimento da demanda de novos empreendimentos sociais, das instituições educacionais e prefeituras, dos microempresários da cidade e região tem como estratégia básica a intensa participação da comunidade local. Ao inserir a população nas suas atividades, incentivar o turismo e trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável com a população, esta incubadora poderia ganhar visibilidade e credibilidade para que as ações propostas possam ser efetivamente realizadas. Como estratégia de captação de recursos sugere-se que, inicialmente, a incubadora subsista inteiramente com as rendas auferidas pela prestação de serviços técnicos ao Governo Municipal de Campo Limpo Paulista, Prefeituras das cidades da região, e organizações sociais em geral (ONGs, cooperativas e associações de moradores locais). Conforme ilustrado na figura 2, a atuação da FISA é atuar, essencialmente, em regime de parceria com a FACCAMP e voluntários egressos da comunidade local, para obtenção dos recursos tecnológicos representados pelo acervo intelectual de seus conhecimentos, e na outra ponta da cadeia socioambiental, as organizações sociais que interagiriam diretamente com a população do município e região.

Figura 2. Cadeia produtiva sustentável

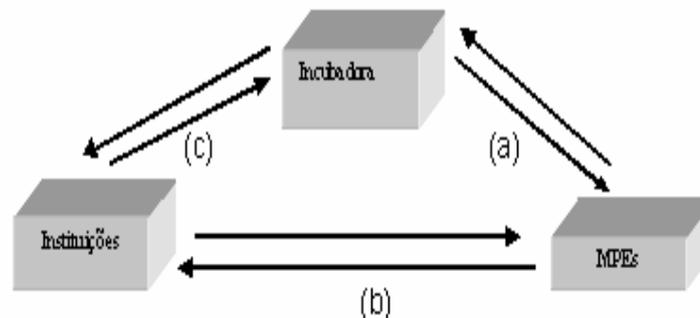


Fonte. Concepção do autor

Uma iniciativa em benefício de trabalho e renda local pode ser a criação de cooperativas e associações de artesãos e de artistas da região que poderiam, além de proporcionar renda aos munícipes, gerar produtos aos turistas que Campo Limpo Paulista poderia demandar. Exemplo nesse sentido pode ser a criação de um *Grupo de Artesanato de Campo Limpo Paulista*, cuja formalização jurídica e operacional poderia ser preparada pela incubadora social (FISA). A Prefeitura poderia proporcionar a infra-estrutura necessária para a comercialização dos produtos gerados pelo artesanato regional, transformando-se em ponto de passagem obrigatória de turistas que visitam a região.

O empreendimento poderia resultar na geração de emprego e renda, dois componentes importantes na vida de uma comunidade, que poderia frutificar a partir de um regime de parceria com a incubadora social, sem ônus para os cofres públicos. A incubadora **FISA**, consoante ilustração da Figura 3, poderia atuar, indiretamente, em regime de parceria com **instituições** (FACCAMP, Associação Comercial e Industrial e Prefeituras Municipais) e com as **MPE** (micro e pequenas empresas; ONGs; associações e cooperativas) que, de fato, se incumbiriam da operacionalização da cadeia produtiva sustentável a ser criada.

Figura 3. Articulação institucional da Incubadora (FISA)



Fonte. Concepção do autor

Outro exemplo factível é a formação de um grupo de pessoas interessadas na arte de tecelagem manual, que poderiam se reunir para formar uma cooperativa através de teares manuais produzindo tecidos artesanais. A proposta de produção manual de tecidos pode despertar interesse de profissionais da moda, sempre atentos a oferta de produtos exclusivos, originais e de bom gosto. Ou seja, pode-se lançar o embrião de uma iniciativa associativista no município na forma de cooperativa de trabalho dos profissionais de tecelagem artesanal de Campo Limpo Paulista. O trabalho de criação, inicialmente, pode ser inteiramente direcionado a vestuário e acessórios. A partir de então, poder-se-ia pesquisar novos materiais e formas para levar a produção de artigos de decoração, como tecidos para cortinas e forrações. O trabalho envolvendo dezenas de cooperados, entre tecelãs e costureiras, produzindo em suas próprias casas ou no atelier, e centrado no propósito comum de produzir e transformar tecidos artesanais em peças utilitárias, com design elaborado, poderia modificar o cenário turístico da região. As necessidades de matérias-primas, equipamentos, vendas e apoio administrativo poderiam ser supridas pela cooperativa e reembolsadas por meio de taxa de administração, com rateio proporcional à produção. Os cooperados buscariam na capacitação, a ser proporcionada pela FISA, o instrumento de fortalecimento da cooperativa. Os princípios doutrinários do cooperativismo e as vantagens do associativismo podem ser planejados e assessorados pela FISA, que poderia proporcionar a necessária solidez de iniciativa de um simples grupo de pessoas com objetivos comuns.

6. Conclusões

A experiência vivenciada em Campo Limpo Paulista e região proporcionaram subsídios ao planejamento do desenvolvimento local sustentável, centrado na criação de uma incubadora social, de prestação de serviços técnicos aos empresários de micro e pequenas organizações e empreendedores em geral voltados ao turismo ecológico e ambiental.

Os pequenos negócios, formais e informais, respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado, o que por si só traduzem a importância do suporte técnico a ser proporcionado pela incubadora social, no contexto das micro e pequenas organizações. E, considerando a estreita relação entre pessoas e responsabilidade socioambiental evidencia-se a necessidade de considerar a organização sustentável como sinônimo de bons negócios futuros. De fato, no futuro, esta pode ser a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa. Em outras palavras, o quanto antes organizações começarem a enxergar a sustentabilidade como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam. A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente

e a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações induzem um novo posicionamento por parte de empresários e executivos das MPE frente a tais questões. Esta incubadora, poderia induzir o desenvolvimento econômico e social de Campo Limpo Paulista e região gerando benefícios específicos de sua implementação, tais como:

- experimentação não lucrativa, de novos modos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;
- indução à criação, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não;
- suporte tecnológico aos empresários de micro e pequenas organizações para que ampliem seus negócios e linha de produtos visando torná-los fornecedores ecológicos das grandes empresas que mantêm cadeias produtivas sustentáveis;
- desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação das empresas da região, de grande e pequeno porte, para avaliação socioambiental dos seus fornecedores dado que, legalmente, não se pode repassar a responsabilidade social e ambiental para terceiros;
- fornecimento de uma base racional para o processo de tomada de decisões institucionais nos setores públicos e privados em relação ao desenvolvimento local sustentável;
- articulação de trabalhos voluntários em projetos comunitários, com colaboradores de instituições públicas e privadas, a serem realizados pelas organizações sociais e empresas da região;
- preservação de uma base de dados de fornecedores de produtos e serviços, ecologicamente corretos, e de cadastro de voluntários corporativos e pessoas físicas, para fins de fornecimento de informações especializadas para empresas e organizações sociais da região;
- articulação de parcerias com cooperativas de trabalho existentes, por meio do fornecimento de cursos que visem qualificar trabalhadores e aprimoramento de técnicas de trabalho, visando a obtenção de uma mão de obra mais qualificada para atividades turísticas;
- fornecimento de suporte técnico para orientar as estratégias de conservação, preservação e restauração da biodiversidade nativa do município e região.

Este desenvolvimento sustentável poderia, ainda, abranger as várias fases do ciclo de vida do turismo ecológico e histórico-cultural, levando-se em conta certas restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas. Sem essas restrições, a atividade turística, cultural e histórica poderia expandir de maneira desordenada, o que provocaria impactos

socioambientais negativos. O turismo sustentável, como opção econômica, é coerente com a tendência que vem ocorrendo em vários países, onde constitui um dos principais recursos de criação de empregos e renda. É uma natural decorrência do processo de urbanização, metropolização e ampliação de tempo livre em relação às horas trabalhadas que contribui para o desenvolvimento das atividades turísticas. Representa uma atividade que, quando alcança um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região, requerendo apenas atenção para os impactos ambientais que pode provocar. É uma atividade que consome espaço geográfico; exige a construção de infra-estrutura; e integra a população local. O desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar inúmeros problemas sérios para as comunidades afetadas. As diretrizes e recomendações, centrada no turismo ambiental, enfatizando os serviços prestados pela incubadora possibilitariam o exercício do ecoturismo e atividades auto-sustentáveis com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local. As atividades ligadas a esta opção de desenvolvimento sustentável, compreende a utilização de técnicas com o objetivo de:

- realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais; e interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de fluxos turísticos;
- elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em organizações privadas e/ou públicas.
- otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do turismo, com distribuição desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor;
- planejamento da infra-estrutura física, orientadora do desenvolvimento local sustentável e articulação para o desenvolvimento coordenado de todos os elementos do segmento de turismo;
- estabelecimento de diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas de desenvolvimento de turismo; e sua integração nas políticas de desenvolvimento global e estabelecimento de relações entre turismo e outros setores econômicos;
- alternativas de preservação dos recursos naturais e culturais e mantê-los indefinidamente conservados para o futuro, a partir de sua preservação no presente.

Sugere-se que trabalhos equivalentes sejam efetuados, posteriormente, constituindo-se em um painel de pesquisas permanentes para aferir cenários futuros de desenvolvimento sustentável no município e região. Como recomendação para futuras pesquisas destacam-se, ainda, o estudo das cadeias produtivas e arranjos econômicos locais para identificar e incentivar a criação de cooperativas e associações de pessoas físicas e jurídicas. Tais entidades produziriam produtos de artesanato, trabalhos culturais e artísticos, e atividades de sustentação econômica dentro dos contornos de modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, conforme sugerido no presente artigo.

Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO. *Programa de desenvolvimento municipal*. ADEJ. Disponível em: www.adej.org.br. Acesso em 30.11.08.
- ANPROTEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. *Evolução do Movimento Brasileiro de Incubadoras – 2006*. Número de incubadoras em operação. Anprotec. Brasília: Anprotec, 2006. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/>. Acesso em: 01 dezembro 2008.
- ASHOKA Empreendedores Sociais e MCKINSEY Negócios Sociais. *Estratégias Ambientais e Políticas Públicas*. Parceria Ashoka-McKinsey. Disponível em: www.ashoka.org.br. Acesso em 30.08.09.
- FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo . *Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo*. BIOTA-FAPESP. Disponível em: <http://www.biota.org.br>. Acesso em 07.11.08.
- FILLION, L. J. – *Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios*. Revista de Administração, São Paulo. V.34, n.2, p.05-28, abril-junho 1999.
- FUNDAÇÃO SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social*. São Paulo : Assembléia Legislativa de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 30.04.09.
- GLASER, B. ; STRAUSS, A. *The Discovery of Grounded Theory*, Chicago: Aldine, 1967.
- GLASER, B. *More grounded theory methodology: a reader*. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1994.
- GLASER, B. *Doing grounded theory: issues and discussions*. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1998.
- GLASER, B. and HOLTON, J. *Remodeling Grounded Theory*. *The Grounded Theory Review*. V.4, n.1, November, 2004.
- GUEDES, M.; BERMÚDEZ, L.A. *Parques tecnológicos e incubadoras de empresas em países em desenvolvimento: lições do Brasil*. In: GUEDES, M., FORMICA, P. *A economia dos parques tecnológicos*. Rio de Janeiro: ANPROTEC, 1998. p. 147-159.
- IPEA – *Pesquisa Ação Social das Empresas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **São Paulo** 2007.
- MELO NETO, F. P. e FROES, C. – *Gestão da Responsabilidade Social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

- OLIVEIRA, E. M. – *Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias*. Revista da FAE, Curitiba, v.7, n.2, p. 9-18, jul.- dez. 2004.
- OLIVEIRA, D. M., ROCHA, M. C. L., XIMENES, P. K. M., CÂMARA, S. F., PINTO, F. R. Empreendedorismo Social com Inclusão Digital: O Caso Pirambu Digital. In: V Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2008, São Paulo. V EGEPE, 2008. ISSN 1518-4382.
- PREFEITURA DE CAMPO LIMPO PAULISTA – *Dados do Município e Região*. Disponível em <http://www.campolimpopaulista.sp.org.br/>. Acesso em 06.09.08.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. Atlas do DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Tabela do ranking dos Municípios 1991 - 2000* . (Excel). Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDHM> >. Acesso em 15.09.2008.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SACHS, I. *Das coisas e dos homens: Teoria do Desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana*. Jornal da Ciência (JC E-Mail) - Notícias de C&T - Serviço da SBPC, no. 1836. São Paulo, 23 de julho de 2001.
- SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1983. *Ato de tombamento das Serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara*. In *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 12 de março de 1983. Imesp, São Paulo, p. 59.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Basics of Qualitative Research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park: Sage, 1990.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Grounded Theory Methodology - An Overview. Handbook of Qualitative Research*, N.K. Denzin and Y.S. Lincoln (eds.), Sage Publications, Thousand Oaks, CA, 1994.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Grounded Theory in Practice*, Sage Publications, London, 1997.
- TACHIZAWA, T. – *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 6^a. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- TACHIZAWA, T. – *Organizações Não-governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. 3^a. edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- World Wildlife Fund – WWF – *Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: www.wwf.org.br. Acesso em 31.07.09.